

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****4ª VARA CÍVEL****RUA DOS LIBANESES, N. 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004065-80.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Práticas Abusivas**
 Requerente: **Maria Aparecida de Fatima Alvala Martins**
 Requerido: **Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl 1**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Glauce Helena Raphael Vicente Rodrigues**

Vistos.

Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenizatória por danos morais proposta por **MARIA APARECIDA DE FATIMA ALVALA MARTINS** em face de **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS – NPL I**, alegando que: a autora firmou acordo de parcelamento para pagamento de débitos atrasados com a empresa ré. O acordo compõe-se de 11 parcelas de R\$ 84,00, sendo a primeira com vencimento em 11/07/2017 e as demais todo dia 11 de cada mês até o seu término, as quais estão sendo honradas em dia, conforme combinado. Relata, porém, que, no mês de janeiro de 2018, a empresa ré passou a fazer cobrança de débitos inexistentes, ameaçando a autora de todas as formas através de ligações e mensagens de texto. Alega que nem sempre as ligações são amistosas e que, mesmo explicando pacientemente que está em dia com suas prestações, é destratada ao telefone com frases deselegantes. Relata, ainda, que recebe diversas ligações por dia, inclusive à noite, chegando a receber até 6 ligações por dia. Alega que a empresa ré ameaça cancelar o acordo firmado para pagamento do débito, do qual já foram pagas 8 parcelas do total de 11 parcelas. A situação vem lhe causando vergonha e constrangimento, tendo em vista que não está em débito. Pede que a ré se abstenha das cobranças vexatórias realizadas contra a autora através de ligações e mensagens; que a ré seja coibida por sentença a manter o acordo firmado entre as partes até seu término, fornecendo os meios necessários para todos os pagamentos; indenização por danos morais equivalente a 20 salários mínimos à época da condenação.

Com a inicial a autora juntou documentos (fls. 09/48).

Deferidos os benefícios da assistência judiciária gratuita (fls. 49/50).

Citada, a requerida apresentou contestação, aduzindo que a presente demanda foi objeto de cessão do Banco Santander S/A para o Fundo de Investimento em direitos Creditórios Não Padronizados NPL I, ora requerido. No mais, contestou a presente ação defendendo, de forma genérica, a regularidade de seu procedimento de cobrança e que tal procedimento não configura ato ilícito ou abuso de direito, correspondendo apenas ao exercício regular de um direito. Admitiu,

1004065-80.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, N. 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

no entanto, que o acordo está vigente e vem sendo regularmente cumprido pela autora. Ademais, defendeu que a autora não se desincumbiu em demonstrar a existência do dano ocasionado e impugnou o pedido indenizatório. Requereu que fosse oficiado ao Banco Santander para que juntasse aos autos cópia do contrato que foi cedido ao Fundo de Investimento, ora requerido. Por fim, requereu a improcedência da ação (fls. 54/62) e juntou documentos (fls. 63/158, 164/170 e 173).

A autora apresentou réplica às fls. 174/179.

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, de forma antecipada, nos termos dos artigos 355, I, do Código de Processo Civil, mostrando-se suficientes as provas documentais produzidas, para dirimir as questões de fato suscitadas.

Trata-se de ação de obrigação de fazer c.c. indenizatória por danos morais em razão de cobrança excessiva, através de ligações e mensagens telefônicas, de débitos inexistentes pela empresa ré Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizados NPL I.

Nota-se que a autora firmou acordo de parcelamento de débito em atraso com o Banco Santander, todavia referido banco procedeu à cessão de seus direitos à empresa Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizados NPL I, ora requerida.

Inicialmente, verificando que não há controvérsia quanto à cessão de crédito realizada, entendo desnecessária a expedição de ofício ao Banco Santander S/A, o que fica indeferido.

Já com relação ao pedido da autora para que a empresa ré seja coibida a manter o acordo de parcelamento firmado, tal providência é inócua, no presente momento, considerando que o prazo do referido acordo já fora expirado. Cabe esclarecer que, se houve cumprimento do acordo entabulado, não há mais o que ser discutido quanto à sua manutenção e, no caso de descumprimento, caberá a empresa ré tomar as providências pertinentes para cobrança do que lhe é devido, através de demanda própria, se o caso.

Quanto aos demais pedidos, a presente ação deve ser julgada parcialmente procedente.

Alega a autora que foram efetuadas pela empresa ré diversas cobranças, via ligações e mensagens telefônicas, sendo estas indevidas, na medida em que não possui pendência financeira em relação ao acordo firmado.

Por sua vez, a empresa ré admitiu que o acordo está vigente e vem sendo cumprido


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
4ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, N. 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pela parte autora. Contudo, defendeu a regularidade de seu procedimento de cobrança e que sua postura não configura ato ilícito ou abuso de direito, correspondendo apenas ao exercício regular de um direito.

No presente caso, a autora celebrou acordo de parcelamento de débitos atrasados para serem pagos em 11 parcelas de R\$ 84,00 com vencimento todo dia 11 de cada mês, iniciando-se em 11/07/2017.

É importante mencionar, ainda, que a autora juntou aos autos comprovantes dos pagamentos das oito primeiras parcelas no valor de R\$ 84,00, nos termos do acordo que firmou (fls. 12/23), bem como demonstrou, através dos documentos de fls. 24/48, o recebimento de diversas ligações e mensagens telefônicas indicando diferentes números telefônicos da requerida utilizados nos contatos que lhe foram feitos.

Dessa forma, resta incontroversa a alegação de realização pela empresa ré de diversas ligações e mensagens de cobrança do acordo entabulado, as quais foram efetuadas durante o dia, tarde e noite, conforme demonstrado nos autos.

Não prospera a alegação da empresa ré no sentido de que não agiu com culpa, inexistindo ilicitude do ato, uma vez que ela própria admite que o acordo entabulado está vigente e vem sendo cumprido pela autora, inexistindo débito em aberto. Evidente, pois, a ilicitude do ato e culpa da ré pelas cobranças indevidas, além de excessivas.

Prevê o artigo 42, do Código de Defesa do Consumidor, que: *“Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto ao ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça”*.

Assim, se até mesmo o consumidor inadimplente não pode ser submetido a cobrança inoportuna, menos ainda o consumidor que não possui débitos pendentes, conforme restou demonstrado nos autos.

Além do mais, o recebimento de ligações e mensagens de cobrança durante o dia, tarde e noite é uma situação que tira a tranquilidade e o sossego de qualquer pessoa, circunstância esta que representa maior proporção depois de várias explicações dadas pela própria autora com a intenção de cessar o problema.

Vale ressaltar que o dano moral infere-se das consequências e circunstâncias dos fatos explanados pela vítima, que, com base no senso comum, são ponderados de acordo com as situações cotidianas e geralmente toleráveis pelo “homem médio” vivente em sociedade de alta complexidade como a que estamos inseridos.

A cobrança vexatória de um débito inexistente, sem dúvida, ultrapassa as questões



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, N. 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

que caracterizam mero aborrecimento e as adversidades comuns do dia a dia.

Portanto, é incontestável o dano moral causado à autora.

E, uma vez configurado o dano moral, impõem-se proceder à convergência dos caracteres consubstanciadores da reparação pelo dano moral, quais sejam, o punitivo, para que o causador do dano, pelo fato da condenação, se veja responsável pela ofensa perpetrada e o compensatório para a vítima, que receberá uma soma em dinheiro pelo dano sofrido.

Com efeito:

“A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida; de modo que tampouco signifique enriquecimento despropositado da vítima; mas está também em produzir no agressor, impacto bastante para persuadi-lo a não perpetrar novo atentado. Trata-se, então, de uma estimação prudencial, que não dispensa sensibilidade para as coisas da dor e da alegria ou para os estados d'alma humana e que, destarte, deve ser feita pelo mesmo Juiz, ou, quando, não por outro jurista - inútil por em ação a calculadora do técnico em contas ou em economia. É nesta direção que Brebbia, em sua excelente monografia, aponta elementos a serem levados em conta na fixação da paga: a gravidade objetiva do dano, a personalidade da vítima (situação familiar, social e reputação), gravidade da falta e da culpa, que repercutem na gravidade da lesão e a personalidade (condições) do autor do ilícito”
(‘Essa Inexplicável Indenização por Dano Moral’, Des. Walter Moraes, Repertório IOB de Jurisprudência, nº 23/89, pg. 417).

Assim, baseando-me nos critérios da proporcionalidade e da razoabilidade fixo a indenização devida à autora em R\$5.000,00.

DISPOSITIVO

Diante do exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido para determinar à ré que se abstenha de efetuar ligações para o telefone da requerente bem como para condená-la ao pagamento de danos morais no valor de R\$ 5.000,00, atualizado pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça a partir da presente data (súmula 362 do STJ) e acrescida de juros moratórios de 1% ao mês, desde a citação.

Ante a parcial procedência, e considerando o valor do pedido de danos morais, verifica-se sucumbência de ambas as partes, na proporção de 75% para a autora e de 25% para a requerida, arcando qual com as custas e despesas processuais na referida proporção. Ainda, arbitro honorários advocatícios, nos termos do art. 86, do NCPC, no valor de R\$ 3.000,00, arcando cada parte na proporção retro fixada com os honorários advocatícios da parte adversa (a autora pagará honorários ao patrono adverso de R\$ 2.250,00 e a requerida de R\$ 750,00). Tal condenação fica adstrita ao disposto no artigo 98, parágrafo 3º, do CPC.

Publique-se e intimem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, N. 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Araraquara, 13 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**